



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE FORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO NOVO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NOS
INDICADORES EDUCACIONAIS DA REGIÃO TOCANTINA.**

ABAETETUBA

2025

FRANCILENE SILVA E SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO NOVO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NOS
INDICADORES EDUCACIONAIS DA REGIÃO TOCANTINA.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo-Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba como requisito parcial de avaliação para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Sociais e Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento.

ABAETETUBA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Francilene Silva.
 Políticas Públicas do Novo Ensino Médio e Seus Impactos nos
 Indicadores Educacionais da Região Tocantina / Francilene Silva
 Silva. — 2025.
 XXIII, 23 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento
 Sousa
 Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
 Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Educação do
 Campo, Abaetetuba, 2025.

 1. Novo Ensino Médio . I. Título.

CDD 379

FRANCILENE SILVA E SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO NOVO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NOS
INDICADORES EDUCACIONAIS DA REGIÃO TOCANTINA.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado a Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo-Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba como requisito parcial de avaliação para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Sociais e Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento.

RESULTADO: _____NOTA: _____

Abaetetuba, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento.
Universidade Federal do Pará/UFPA

Prof. Dr./ Me./ e nome (examinador)
Instituição

Prof. Dr./ Me./ e nome (examinador)
Instituição

Sumário

INTRODUÇÃO 5

METODOLOGIA 6

REFLEXÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO E OS
INDICADORES EDUCACIONAIS NA REGIÃO TOCANTINA..... 9

 Evolução do Ensino Médio no Brasil 11

Principais mudanças trazidas pela Lei 14.945/96 (2024): 12

Impacto esperado 13

OS IMPACTOS DAS POLITICAS EDUCACIONAIS NOS SETE MUNICÍPIOS NA
REGIÃO TOCANTINA..... 13

CONCLUSÃO 23

REFERÊNCIAS 23

POLÍTICAS PÚBLICAS DO NOVO ENSINO MÉDIO E SEUS IM PACTOS NOS INDICADORES EDUCACIONAIS DA REGIÃO TOCANTINA.

Resumo

Este artigo analisa a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) em sete municípios da Amazônia Tocantina, no estado do Pará: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujarú, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri e Moju. A pesquisa, de caráter documental e bibliográfico, investigou dados educacionais de 2015 a 2023, considerando indicadores como taxas de matrícula, aprovação, reprovação e abandono escolar. Os resultados apontam avanços decorrentes das reformas, mas revelam desafios persistentes, sobretudo em instituições estaduais, no que se refere à aplicação das diretrizes nacionais. Verificou-se que a efetivação das políticas educacionais enfrenta obstáculos estruturais, curriculares e de gestão, resultando em improvisações e fragmentações no processo de materialização. Apesar de iniciativas como valorização docente, ampliação da carga horária e adaptação curricular, os desafios permanecem significativos, principalmente no que tange à permanência estudantil e à superação das desigualdades que marcam o Ensino Médio na região.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Ensino Médio, Amazônia Tocantina.

Abstract

This article analyzes the implementation of the New High School (Novo Ensino Médio – NEM) in seven municipalities of the Tocantina Amazon region, in the state of Pará: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujarú, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, and Moju. The research, based on documental and bibliographic analysis, examined educational data from 2015 to 2023, considering indicators such as enrollment, approval, failure, and school dropout rates. The results point to advances stemming from the reforms but also reveal persistent challenges, especially in state institutions, regarding the application of national guidelines. The findings show that the implementation of educational policies still faces structural, curricular, and management obstacles, leading to improvisations and fragmentation in the process. Despite initiatives such as teacher appreciation, increased workload, and curricular adaptation, significant challenges remain, particularly concerning student retention and overcoming historical inequalities that characterize high school education in the region.

Keywords: Educational policies, High School, Tocantina Amazon.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio, última etapa da Educação Básica no Brasil, é reconhecido como um espaço de preparação para a vida adulta, seja para o mercado de trabalho, seja para a continuidade dos estudos. Contudo, historicamente, essa etapa educacional tem enfrentado desafios relativos à sua qualidade, inclusão e relevância para as diferentes realidades regionais. Nesse sentido, a reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, introduziu NEM como uma proposta que visa flexibilizar o currículo e promover uma

formação integral, permitindo que os estudantes escolham itinerários formativos alinhados aos seus interesses e projetos de vida.

Entretanto, Márden Pádua Ribeiro e Teodoro Adriano Costa Zanardi reforçam críticas a essa reforma ao analisarem o discurso da “liberdade de escolha”. Em seu estudo, os autores argumentam que tal liberdade é, em grande medida, ilusória, pois a maioria dos estudantes terá acesso apenas a um ou dois itinerários, o que inviabiliza uma escolha real. Assim, a reforma cria uma falsa sensação de autonomia, ao mesmo tempo em que reforça desigualdades já existentes no sistema educacional (Ribeiro & Zanardi, 2020).

Ainda assim, o Novo Ensino Médio reflete uma tentativa de responder às demandas contemporâneas de uma sociedade em rápida transformação, buscando tornar essa etapa mais atrativa e conectada às realidades dos jovens. É a partir dessa perspectiva que o presente texto, fundamentado nos resultados da pesquisa de iniciação científica do Projeto PIBIC, tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais em sete municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri e Moju, com foco na implementação do Novo Ensino Médio nas escolas estaduais e considerando as especificidades da região da Amazônia Tocantina.

Dessa forma, a investigação procura compreender tanto os avanços propostos pela reforma quanto os desafios enfrentados por instituições localizadas em contextos estaduais no processo de aplicação dessas diretrizes. Além disso, busca examinar os impactos dessa política sobre os indicadores educacionais, especialmente no que se refere às taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. Nesse contexto, Krawczyk (2011) destaca que “o Ensino Médio, ao ser concebido como última etapa da Educação Básica, deve atender não apenas às demandas do mercado, mas também às especificidades culturais e sociais das populações atendidas”, ressaltando a necessidade de uma abordagem que articule formação acadêmica, inserção profissional e valorização das realidades locais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem documental e bibliográfica, com o objetivo de analisar as diretrizes do Novo Ensino Médio e seus impactos nos 7 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri e Moju. Este estudo também

adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, conforme definido por Minayo (2001), que enfatiza a análise de significados, valores e dinâmicas sociais em contextos específicos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001 p.22).

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa busca protagonizar o sujeito levando em consideração o meio em que estes são apresentados, a fim de melhor entendê-los. Busca ainda evidenciar suas opiniões, experiências, atitudes, dando ênfase e respeitando suas particularidades.

A pesquisa combina métodos bibliográficos, documentais e empíricos para fornecer uma visão abrangente da implementação das políticas educacionais nas escolas dos municípios da região tocantina. A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos dos textos (SEVERINO, 2007 p.122). O autor evidencia que a pesquisa bibliográfica tem como base estudos em referenciais teóricos já publicados. Desse modo, o presente plano de trabalho, condiz na devida forma de pesquisa, na medida em que busca informações por meio de documentos secundários e legislações, com o intuito de reunir dados necessários para o melhor entendimento do tema a ser retratado.

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica me possibilitou a continuar analisando o artigo de (NASCIMENTO, 2006), ele destaca a influência das políticas públicas nacionais no ensino médio paraense, enfatizando que sua implementação não é uma mera reprodução de diretrizes, mas resulta de adaptações às condições locais. Sua análise sobre as limitações estruturais e a fragmentação de recursos na região Amazônica reforça a importância de compreender as realidades locais no estudo das políticas educacionais.

Foi realizado a leitura dos autores, Sérgio Feldemann de Quadros e Nora Rut Krawczyk - "Educação e a Juventude Trabalhadora pelas Métricas do Mercado", discutem a crescente influência do mercado na educação e a adoção de métricas neoliberais, que reduzem o ensino médio a uma formação técnica voltada para demandas do mercado. No contexto do ensino no campo, essa abordagem pode exacerbar a exclusão social, ao ignorar as particularidades culturais e as necessidades locais. Essa perspectiva alerta para o risco de a implementação do Novo Ensino Médio priorizar competências técnicas em detrimento da formação crítica e cidadã dos jovens rurais.

E por fim o artigo dos autores “Mônica Ribeiro da Silva, Nora Rut Krawczyk e Guilherme Eduardo Camilo Calçada, Juventudes, Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos” O artigo analisa os impactos do Novo Ensino Médio na vida das juventudes brasileiras, com foco na proposta dos itinerários formativos. Os autores destacam que, embora a reforma se apresente como ampliação de escolhas para os jovens, sua implementação enfrenta sérios limites devido às desigualdades estruturais do país. Na prática, muitos estudantes não têm acesso a uma variedade de itinerários, já que a oferta depende das condições de cada escola como infraestrutura, disponibilidade de professores e recursos. Assim, o que deveria ampliar possibilidades acaba restringindo horizontes e reforçando desigualdades sociais e educacionais.

Outro ponto central é a crítica à visão homogênea de juventude presente na política: as juventudes são diversas, atravessadas por diferenças de classe, gênero, raça e território. Desconsiderar essa multiplicidade compromete o caráter formativo do Ensino Médio e limita seu papel social. Os autores concluem que a reforma, em vez de promover uma formação integral e cidadã, tende a alinhar a escola pública a demandas imediatas do mercado de trabalho, enfraquecendo sua função emancipatória.

Assim, a pesquisa bibliográfica e documental nos possibilitou fazer o levantamento documental das legislações a nível nacional como: a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988); a Lei nº 9.394/1996 que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996); a Portaria nº 1.570/2017; e a Lei nº 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014). Também o levantamento dos dados existentes na plataforma do INEP do censo escolar, assim como, os dados presentes na base de dados do FNDE.

Foi coletado os dados do Observatório da Criança e do Adolescente, dados do site da SEDUC, do INEP e outros documentos oficiais que ajudaram a reunir o número de matrículas, IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série dos estudantes do Ensino Médio, com o objetivo de compreender como as políticas educacionais influenciam e moldam as suas realidades.

No que se refere à coleta dos dados primários, esta foi realizada conforme a dinâmica estabelecida pela condução da própria pesquisa. A realização da pesquisa de campo não foi viável em decorrência de imprevistos que impossibilitaram o deslocamento até os locais previstos. Diante disso, optou-se por uma abordagem baseada na análise documental, utilizando-se fontes como o Observatório da Criança e do Adolescente, o site SEDUC e o portal do INEP, todos indicados pelo professor Afonso Welliton. Essa alternativa metodológica permitiu a continuidade do estudo, ainda que não tenha eliminado os desafios inerentes ao processo investigativo, uma vez que a atividade de pesquisa exige rigor, planejamento e constante superação de obstáculos.

REFLEXÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO E OS INDICADORES EDUCACIONAIS NA REGIÃO TOCANTINA.

A implementação do Novo Ensino Médio iniciou-se em 2022 e está sendo feita de forma escalonada, com desafios como a formação de professores, adaptação das redes de ensino e elaboração de materiais pedagógicos. Estudos preliminares indicam que, enquanto algumas escolas têm conseguido implementar as mudanças com sucesso, outras enfrentam dificuldades devido à falta de recursos e infraestrutura. O Novo Ensino Médio é uma reformulação da educação secundária no Brasil, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDB. O principal objetivo dessa reforma é flexibilizar o currículo escolar, proporcionando aos alunos uma formação mais conectada com seus interesses, aspirações e o mundo do trabalho.

A Política provocou a reforma do ensino médio, tal como ficou popularmente conhecida desde que foi apresentada pelo governo Michel Temer em 22 de setembro de 2016. Ela visava flexibilizar as disciplinas dadas aos alunos do ensino médio no Brasil, estabelecendo disciplinas obrigatórias e disciplinas opcionais, dentre quais os estudantes deveriam escolher o que queriam estudar e também o aumento da carga horária ao longo dos anos, acreditava-se que a reforma ajudaria a combater a evasão escolar. Com uma pesquisa

feita no site do MEC lá diz que o novo Ensino médio é a reformulação da distribuição das grades horárias e das disciplinas ministradas no nível médio. A implementação no ano de 2022 foi a base legal da reforma está na Lei n.º 13.415/2017, que modificou a LDB e definiu os princípios do Novo Ensino Médio. A BNCC para o ensino médio, aprovada em 2018, também desempenha um papel central. Essa legislação que estabelece as diretrizes que devem ser seguidas por todas as escolas de ensino médio do país, tanto públicas quanto privadas.

Com a reforma implantada em 2022 a BNCC define as competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver, como parte comum do currículo, garantindo uma base de conhecimentos em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica. Além disso, ela estabelece o direito de escolha dos estudantes por meio dos itinerários formativos, que são áreas de estudo mais aprofundadas como: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional (opção voltada para aqueles que querem uma formação mais prática e diretamente relacionada ao mercado de trabalho). O Novo Ensino Médio busca uma aproximação maior com o mercado de trabalho. A formação integral proposta pelo governo remete, ora, a prevista na reforma do ensino médio, ora na BNCC.

Neste contexto, a política educacional como a LDB, BNCC e outras estão subordinadas ao capital como aponta Frigotto (2001), No projeto do governo federal, a organização e conteúdos básicos explicitados na atual LDB e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade-flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão (p 10).

Nessa visão, a educação é pautada pela lógica de capital, formando trabalhadores produtivos, com no mínimo questionamento sobre a sociedade e mais competitivo, como consequência, não conseguem desenvolver todas as suas habilidades. Diante disso é importante nos questionar os interesses por trás do ensino integral e quem serão os sujeitos participantes desse ensino.

Os alunos podem escolher itinerários formativos voltados para a formação técnica e profissional, o que facilita a entrada direta no mercado após a conclusão dos estudos. O foco é

desenvolver competências e habilidades mais práticas, preparando o estudante tanto para o trabalho quanto para a continuidade dos estudos no ensino superior. Outra inovação é a introdução do conceito de Projeto de Vida no currículo. Essa abordagem busca incentivar o aluno a refletir sobre suas aspirações, valores e objetivos, promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais, que são importantes tanto para a vida pessoal quanto profissional. O objetivo é ajudar os alunos a planejar o futuro com mais clareza e direcionamento. Mas será que isso realmente é importante para desenvolver o pensamento cognitivo do aluno? Será que isso formará cidadãos pensantes e críticos dentro de uma sociedade?; essas são algumas indagações a respeito das ações integradas a esse novo ensino.

O Novo Ensino Médio valoriza o protagonismo do aluno, ou seja, ele tem mais liberdade para decidir quais áreas deseja estudar com mais profundidade. Isso representa uma mudança significativa, pois o aluno pode escolher os itinerários formativos que mais se adequam às suas vocações e interesses. Outro diferencial é o enfoque no desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais. Essas habilidades são valorizadas como parte essencial da formação do estudante, que precisa aprender a lidar com emoções, trabalho em equipe, resolução de conflitos e outros aspectos da vida social e profissional.

Um dos pilares do Novo Ensino Médio é a ampliação da carga horária mínima para 3.000 horas ao longo dos três anos do ensino médio. Isso representa um aumento de 600 horas em relação ao modelo anterior. A implementação dessa nova carga horária está sendo feita de forma gradual em muitos estados, levando em consideração as limitações de infraestrutura das escolas, como o número de salas de aula e a disponibilidade de professores. A ampliação da carga horária permite mais tempo para o desenvolvimento das competências gerais da BNCC e para os itinerários formativos, onde os alunos podem explorar áreas de interesse específico.

Evolução do Ensino Médio no Brasil

Com a reforma do Novo Ensino Médio, ocorreram alterações significativas na organização curricular, carga horária e obrigatoriedade de disciplinas. A proposta buscou tornar essa etapa mais atrativa e conectada à realidade dos estudantes, ampliando a formação geral e garantindo maior flexibilidade nos itinerários formativos.

A seguir, uma tabela unificada mostra as principais diferenças entre o ensino tradicional, o Novo Ensino Médio de 2017 e a reformulação mais recente de 2024:

Quadro 1: Diferença entre o ensino médio tradicional para o novo

Aspecto	Ensino Tradicional (antes da Reforma de 2017)	Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017)	Reformulação de 2024 (Lei 14.945/96)
Carga horária total	2.400h em 3 anos	3.000h em 3 anos	3.000h em 3 anos
Formação Geral Básica	1.800h	1.800h	2.400h
Itinerários Formativos	Não existiam	1.200h	600h
Formação Técnica	Limitada	Até 1.200h de itinerários técnicos	2.100h de formação básica + até 1.200h técnicas
Disciplinas obrigatórias	Português e Matemática	Português e Matemática	Português, Matemática, Inglês, Arte, Educação Física, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Física, Química e Biologia
Flexibilidade	Currículo fixo e igual para todos	Escolha de itinerários (mercado/academia)	Escolha de itinerários (mínimo dois ofertados por escola)
Projeto de vida	Não previsto	Integrado ao currículo	Mantido
Habilidades socioemocionais	Pouco valorizadas	Alta valorização	Mantido com maior foco na prática

Fonte: site do MEC

Principais mudanças trazidas pela Lei 14.945/96 (2024):

- A formação geral básica foi ampliada de 1.800 para 2.400 horas, garantindo que os estudantes tenham acesso a todas as disciplinas fundamentais.
- O tempo destinado aos itinerários formativos do ensino regular foi reduzido de 1.200 para 600 horas, mas as escolas devem oferecer no mínimo dois itinerários entre:
 - I. Linguagens e suas Tecnologias
 - II. Matemática e suas Tecnologias
 - III. Ciências da Natureza e suas Tecnologias
 - IV. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- No ensino técnico, a formação básica passa a ser de 2.100 horas, incluindo 300 horas voltadas ao itinerário técnico, além de até 1.200 horas exclusivas para a formação técnica.
- Reintrodução de disciplinas obrigatórias, como História, Biologia, Filosofia e Sociologia, que haviam perdido espaço após a reforma de 2017.

Impacto esperado

Segundo o MEC, a mudança começou a valer em 2024 e afetará cerca de 8 milhões de estudantes, com foco especial nas redes estaduais. O objetivo é:

- Garantir maior equidade curricular,
- Reduzir desigualdades entre escolas,
- Evitar que os alunos que ingressaram antes da mudança tenham formação inferior aos que iniciam o Novo Ensino Médio em 2025.

Além disso, pesquisas realizadas no Observatório da Criança mostraram dados importantes sobre o ensino médio na região Tocantina, como taxas de matrícula, aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série, considerando diferenças entre áreas urbanas e rurais. Esses indicadores reforçam que, apesar da reforma, os desafios de implementação permanecem fortemente ligados às desigualdades sociais e regionais.

OS IMPACTOS DAS POLITICAS EDUCACIONAIS NOS SETE MUNICÍPIOS NA REGIÃO TOCANTINA

A seguir estão os resultados documental e bibliográfico do site do Observatório da

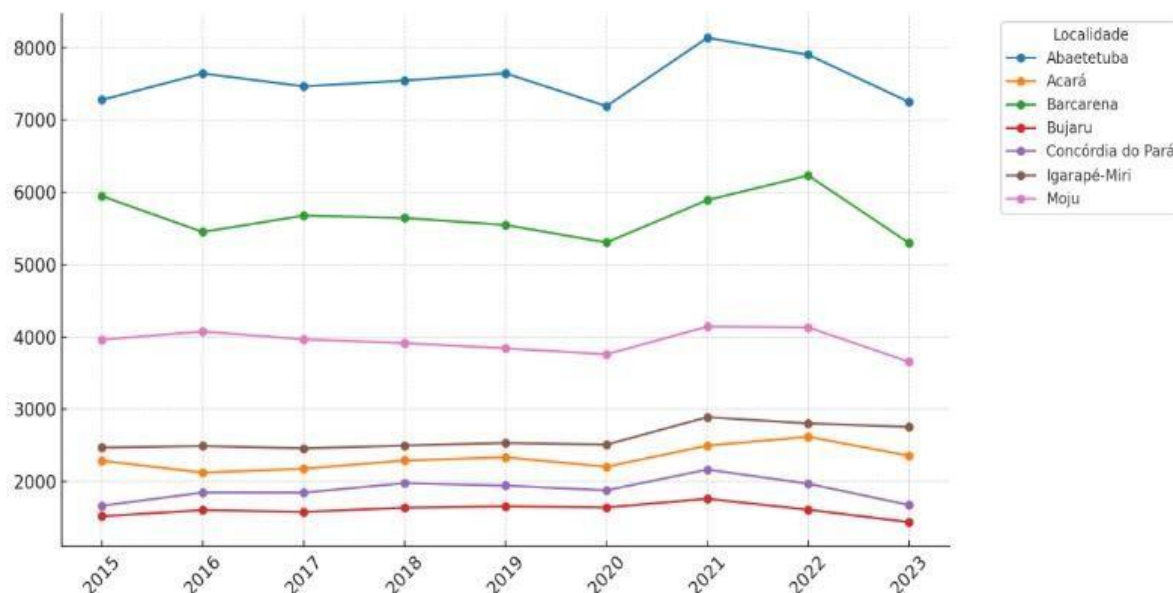
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA									
Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Abaetetuba	7.277	7.642	7.464	7.544	7.644	7.190	8.135	7.901	7.247
Acará	2.287	2.123	2.176	2.290	2.334	2.204	2.495	2.618	2.356
Barcarena	5.945	5.450	5.677	5.644	5.547	5.305	5.891	6.231	5.296
Bujaru	1.519	1.604	1.579	1.637	1.656	1.641	1.761	1.610	1.437
Concórdia do Pará	1.664	1.847	1.846	1.977	1.943	1.878	2.165	1.969	1.674
Igarapé-Miri	2.469	2.491	2.458	2.497	2.533	2.509	2.890	2.803	2.755
Moju	3.960	4.074	3.965	3.914	3.841	3.759	4.141	4.131	3.654

criança e do Adolescente.

Quadro 2: Número de Matrícula Segundo a Dependência Administrativa

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente

Gráfico 1: Número de matrículas no ensino médio segundo dependência administrativa (2015-2023)



Autoria própria

O gráfico das matrículas no ensino médio entre 2015 e 2023 mostra com clareza os impactos da pandemia de Covid-19. Até 2019, a maioria dos municípios apresentava certa estabilidade, com pequenas variações anuais. Em 2020, ano em que a pandemia começou, várias localidades tiveram redução nas matrículas: Abaetetuba caiu de 7.644 para 7.190, Barcarena de 5.547 para 5.305 e Moju de 3.841 para 3.759, acompanhando o fechamento das escolas, as dificuldades do ensino remoto e o aumento da evasão escolar.

No entanto, em 2021 ele mostra uma recuperação acentuada, quando quase todos os municípios atingem os maiores números da série. Abaetetuba ultrapassa 8 mil matrículas, Igarapé-Miri sobe para 2.890 e Moju para 4.141. Esse crescimento pode ser explicado pelo retorno gradual das aulas presenciais e pela reinserção de alunos que haviam abandonado a escola em 2020.

Já a partir de 2022 e, sobretudo, em 2023, evidencia uma nova queda. Municípios como Barcarena, Moju, Bujaru e Concórdia do Pará reduziram significativamente seus números, o que indica os efeitos prolongados da pandemia, como defasagem de aprendizagem, abandono definitivo da escola e dificuldades econômicas das famílias.

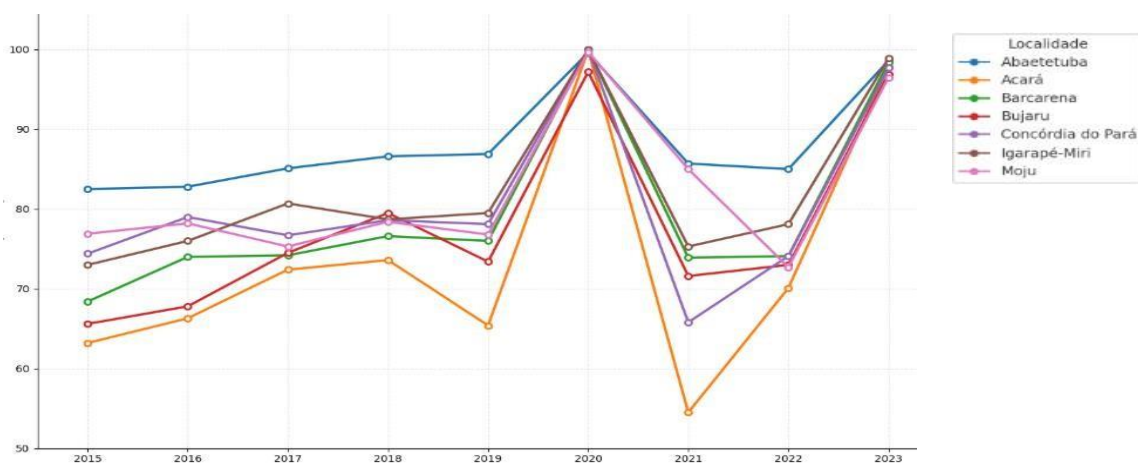
Assim sendo, o gráfico revela três momentos distintos: estabilidade antes da pandemia (2015-2019), queda imediata em 2020, recuperação em 2021 e, por fim, retração em 2022-2023, mostrando que a Covid-19 teve impacto direto e duradouro na trajetória das matrículas no ensino médio.

Quadro 3: Taxa de Aprovação do Ensino médio.

TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (%)									
Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Abaetetuba	82,5	82,8	85,1	86,6	86,9	99,6	85,7	85	98,6
Acará	63,2	66,3	72,4	73,6	65,4	99,9	54,5	70,1	97,8
Barcarena	68,4	74	74,2	76,6	76	100	73,9	74,1	98,4
Bujaru	65,6	67,8	74,5	79,5	73,4	97,2	71,6	73	96,9
Concórdia do Pará	74,4	79	76,7	78,6	78,1	100	65,8	74,1	97,7
Igarapé-Miri	73	76	80,7	78,7	79,5	100	75,3	78,1	98,9
Moju	76,9	78,2	75,3	78,4	76,8	99,7	85	72,7	96,5

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente

Gráfico 2: Taxa de Aprovação do Ensino médio.



Autoria própria

O gráfico 2 e quadro 3, apresenta a taxa de aprovação no Ensino Médio em sete municípios da região Tocantina (Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri e Moju), no período de 2015 a 2023. Ainda não há dados disponíveis para os anos de 2024 e 2025. É possível destacar que, em Abaetetuba, a taxa de aprovação apresentou crescimento gradual até 2019, quando atingiu 86,9%. No entanto, em 2020, houve um aumento expressivo, chegando a 99,6%. Em 2021, observou-se uma queda significativa para 85,7%, e, em 2022, reduziu-se ainda mais, para 85%. Já em 2023, houve um novo aumento expressivo, atingindo 98,6%.

No município de Acará, a taxa de aprovação aumentou de 2015 até 2018, quando chegou a 73,6%. Em 2019, houve uma queda para 65,4%, seguida de um aumento em 2020, alcançando 99,9%. Em 2021, verificou-se uma nova queda para 54,5%. A partir de 2022, a taxa voltou a crescer, passando de 70,1% para 97,8% em 2023. Em Barcarena, a taxa de aprovação aumentou continuamente de 68,4%, em 2015, para 76% em 2019. Em 2020, registrou-se um avanço significativo, com 100% de aprovação. Nos anos de 2021 e 2022, houve uma queda acentuada, com taxas entre 73,9% e 74,1%. Em 2023, observou-se novo crescimento, chegando a 98,4%.

No município de Bujaru, nota-se um crescimento gradual até 2018, quando a taxa alcançou 79,5%. Em 2019, houve uma leve queda para 73,4%, seguida por um aumento em 2020, atingindo 97,2%. Em 2021, a taxa caiu para 71,6%, com uma leve recuperação em 2022 (73%). Em 2023, o índice subiu novamente, chegando a 96,9%. Em Concórdia do Pará, houve variações na taxa de aprovação entre 2015 e 2017. Em 2018, a taxa foi de 78,6%, caindo levemente para 78,1% em 2019. Em 2020, observou-se um aumento expressivo para 100%. No ano seguinte, houve queda para 65,8%, seguida de elevação para 74,1% em 2022 e 97,7% em 2023. Em Igarapé-Miri, a taxa de aprovação também apresentou tendência de crescimento ao longo dos anos, atingindo 100% em 2020. Em 2021, houve uma redução para 75,3%, seguida de crescimento nos anos seguintes, alcançando 98,9% em 2023.

No município de Moju, a taxa de aprovação apresentou variações entre 2015 e 2019. Em 2020, houve um aumento expressivo, atingindo 99,7%. Em 2021, observou-se uma queda para 85%, com posterior recuperação, alcançando 96,5% em 2023. Pode-se constatar que, em todos os sete municípios analisados, o ano de 2020 apresentou um aumento expressivo na taxa de aprovação. Esse fenômeno pode ser atribuído à pandemia da COVID-19, durante a qual os alunos não frequentavam presencialmente as escolas e realizavam suas atividades em casa,

muitas vezes com o auxílio de terceiros. Esse contexto contribuiu para o aumento dos índices de aprovação nesse ano.

Quadro 4: Taxa de Reprovação.

TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (%)									
Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Abaetetuba	6,5	8,2	7,4	4,6	7,1	-	7,8	8,2	0,8
Acará	9,3	5,8	6,1	15,1	11,9	-	23,9	12	0,7
Barcarena	11	11,6	11,6	7,8	9,5	-	10,8	9,2	1,2
Bujaru	14	10,4	10,3	5,2	13,6	-	0,2	7,2	1,3
Concórdia do Pará	5,5	4,6	10,5	3,8	5	-	9,4	9,1	2,0
Igarapé-Miri	11,8	11,6	12,7	7,3	9,8	-	7,4	7	1,1
Moju	9,4	10,9	11,3	7,6	9,1	-	0,4	9,2	0,1

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente

Gráfico 3: Taxa de reprovação do ensino médio nas escolas dos municípios.



Autoria Própria

Análise da Taxa de Reprovação no Ensino Médio (2015–2023)

Ao analisar o quadro 4 e gráfico da Taxa de Reprovação no Ensino Médio, observa-se que todas as localidades apresentaram variações significativas ao longo dos anos. Em

Abaetetuba, a taxa de reprovação oscilou entre 2015 e 2019. No ano de 2020, não há dados disponíveis. No entanto, entre 2021 e 2022, verificou-se um aumento, culminando em um crescimento expressivo da taxa de reprovação em 2023.

No município de Acará, também se observa um aumento no número de alunos reprovados. Em 2015, cerca de 9,3% dos estudantes foram reprovados. Nos anos seguintes (2016 e 2017), os índices mantiveram-se relativamente estáveis, mas, em 2018, houve um aumento significativo, alcançando 15,1%. Em 2019, a taxa caiu para 11,9%. Em 2020, não há dados disponíveis. O maior índice foi registrado em 2021, com 23,95% de reprovação. Nos dois anos seguintes, houve uma redução acentuada: 12% em 2022 e apenas 0,7% em 2023. Em Barcarena, entre 2015 e 2017, a taxa de reprovação manteve-se relativamente estável. Em 2018, registrou-se uma queda para 7,8%, seguida de um aumento em 2019 para 9,5%, 10,8% em 2020 e 9,2% em 2022. Em 2023, houve uma queda expressiva, com apenas 1,25% de alunos reprovados.

No município de Bujaru, em 2015, a taxa de reprovação foi de 14%. Nos anos de 2016 e 2017, os índices permaneceram em patamares semelhantes. Em 2018, constatou-se uma queda para 5,2%, seguida de aumento para 13,6% em 2019. Entre 2021 e 2023, as taxas apresentaram oscilações. Em Concórdia do Pará, entre 2015 e 2016, houve variações na taxa de reprovação. Em 2017, observou-se um aumento para 10,5%. No ano seguinte, registrou-se uma queda significativa para 3,8%, seguida de um leve aumento para 5% em 2019. Entre 2021 e 2022, os índices mantiveram-se estáveis, com nova queda em 2023, atingindo 2%.

No município de Igarapé-Miri, a taxa de reprovação subiu de 11,8% em 2015 para 12,7% em 2017. Em 2018, houve queda para 7,3%, seguida de novo aumento em 2019, com 9,8%. Em 2021, a taxa caiu para 7,4%, e, a partir de então, continuou em queda até atingir 1,1% em 2023. No município de Moju, entre 2015 e 2019, as taxas de reprovação apresentaram oscilações. Em 2021, verificou-se uma queda significativa, mas em 2022 houve aumento para 9,2%. Em 2023, registrou-se uma leve queda, com a taxa chegando a 0,15%, o que indica um ano bastante satisfatório em termos de aprovação dos estudantes.

Ao observar os dados, nota-se que, no ano de 2020, nenhum município registrou taxa de reprovação. Isso se deve ao contexto da pandemia de COVID-19, período em que os alunos não estavam frequentando as escolas presencialmente, e as atividades eram realizadas de forma remota. Muitos estudantes contaram com apoio familiar ou de terceiros para a

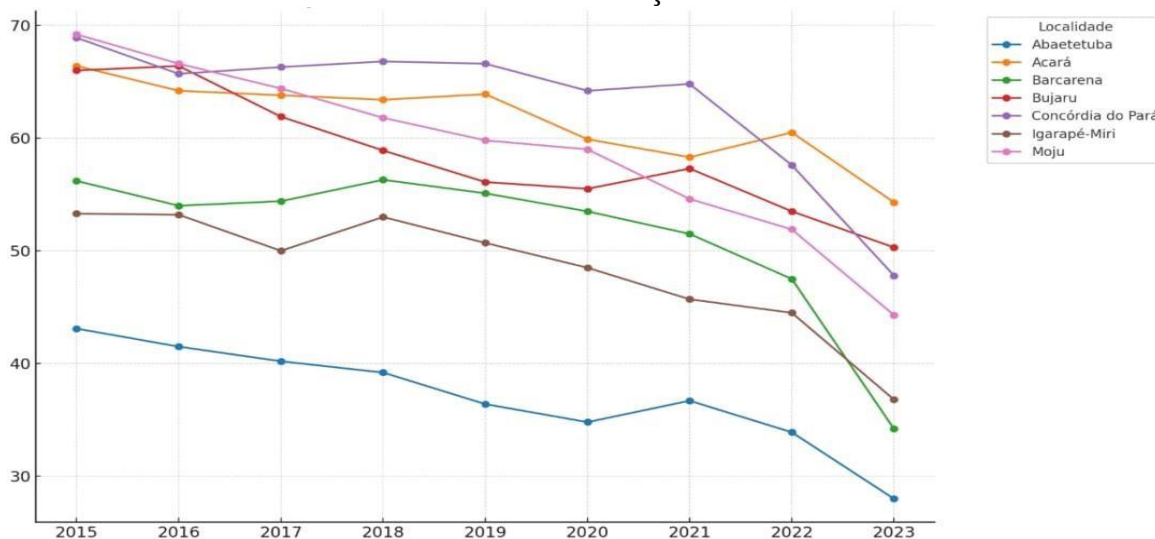
realização das tarefas. Diante desse cenário, levanta-se uma reflexão: e os estudantes da zona rural, que muitas vezes não têm acesso à tecnologia? Teriam enfrentado maiores dificuldades em comparação aos alunos das áreas urbanas, que possuíam mais recursos para lidar com as aulas remotas e atividades online?

Quadro 5: Taxa de Distorção Idade-Série.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO (%)									
Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Abaetetuba	43,1	41,5	40,2	39,2	36,4	34,8	36,7	33,9	28
Acará	66,4	64,2	63,8	63,4	63,9	59,9	58,3	60,5	54,3
Barcarena	56,2	54	54,4	56,3	55,1	53,5	51,5	47,5	34,2
Bujaru	66	66,4	61,9	58,9	56,1	55,5	57,3	53,5	50,3
Concórdia do Pará	68,9	65,7	66,3	66,8	66,6	64,2	64,8	57,6	47,8
Igarapé-Miri	53,3	53,2	50	53	50,7	48,5	45,7	44,5	36,8
Moju	69,2	66,6	64,4	61,8	59,8	59	54,6	51,9	44,3

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente

Gráfico 4: Taxa de Distorção Idade-Série.



Autoria Própria

O quadro 5 e gráfico 4, apresenta a taxa de distorção idade-série no Ensino Médio em sete localidades nos anos de 2015 a 2023. A distorção idade-série é uma medida que indica o percentual de estudantes com idade acima da recomendada para a série em que estão

matriculados. A análise da Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio (%) nos municípios apresentados mostra tendências importantes sobre o progresso e os desafios na adequação da idade escolar à série cursada. A distorção idade-série representa a porcentagem de estudantes com dois anos ou mais de atraso escolar em relação à série ideal para sua idade.

Tendência Geral de Queda

Todos os municípios listados apresentaram uma queda na taxa de distorção entre 2015 e 2023, o que sugere uma melhora gradual na trajetória escolar dos alunos. Vejamos os principais pontos:

Análise por Município

Em Abaetetuba a taxa de distorção idade-série em 43,1% (2015) para 28% (2023): redução consistente, cerca de 15 pontos percentuais. Tendência clara de melhora, com queda contínua até 2023. No município de Acará foi de 66,4% (2015) para 54,3% (2023): ainda muito alta. Apesar da queda, é um dos municípios com maior distorção. O dado de 2020 está ausente ("V"), o que compromete um pouco a análise da sequência.

No município de Barcarena foi de 56,2% (2015) para 34,2% (2023): queda de 22 pontos percentuais. Notável avanço, especialmente entre 2021 e 2023. Já em Bujarú foi de 66% (2015) para 50,3% (2023): redução modesta, mas constante. Ainda enfrenta nível alto de distorção, acima de 50%. Em Concórdia do Pará foi de 68,9% (2015) para 47,8% (2023): grande melhora, porém continua elevado. Redução significativa especialmente após 2021. No município de Igarapé Miri foi de 53,3% (2015) para 36,8% (2023): progresso moderado. A queda foi estável, indicando políticas que funcionaram de forma gradual. E em Moju foi de 69,2% (2015) para 44,3% (2023): queda de quase 25 pontos percentuais. Um dos melhores avanços em termos absolutos.

Os melhores resultados em 2023: Abaetetuba (28%), Barcarena (34,2%) e Igarapé-Miri (36,8%). Piores resultados em 2023: Acará (54,3%), Bujaru (50,3%) e Concórdia do Pará (47,8%). Mas os possíveis fatores que levaram a queda devem estar associados as políticas públicas de correção de fluxo escolar, ampliação de programas de reforço e recuperação, melhoria na formação docente e na gestão escolar ou a redução da evasão e aumento na taxa da conclusão. Apesar da melhora, ainda há níveis preocupantes de distorção,

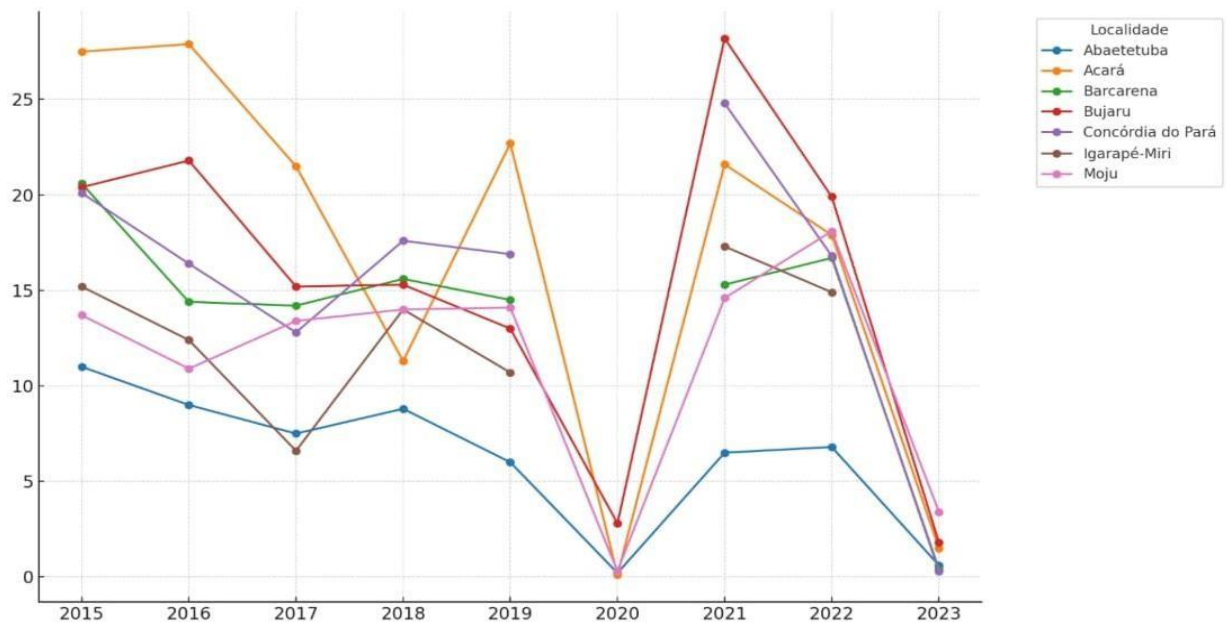
principalmente em Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, onde mais de 1 em cada 2 alunos ainda está em defasagem.

Quadro 6: Taxa de Abandono no Ensino médio.

TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO (%)									
Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Abaetetuba	11	9,0	7,5	8,8	6,0	0,2	6,5	6,8	0,6
Acará	27,5	27,9	21,5	11,3	22,7	0,1	21,6	17,9	1,5
Barcarena	20,6	14,4	14,2	15,6	14,5	-	15,3	16,7	0,4
Bujaru	20,4	21,8	15,2	15,3	13	2,8	28,2	19,9	1,8
Concórdia do Pará	20,1	16,4	12,8	17,6	16,9	-	24,8	16,8	0,3
Igarapé-Miri	15,2	12,4	6,6	14	10,7	-	17,3	14,9	-
Maju	13,7	10,9	13,4	14	14,1	0,3	14,6	18,1	3,4

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente

Gráfico 5: Taxa de Abandono no Ensino médio.



Autoria Própria

Fazendo a análise do último gráfico e último quadro, nota-se que em Abaetetuba a queda gradual de 2015 (11%) a 2019 (6%), com exceção de um leve aumento em 2018 (8,8%). Em 2020, caiu para 0,2%. Voltou a subir (6,5% em 2021), mas desceu novamente em 2023 (0,6%).

A tendência positiva geral mostra que:

Em Acará há oscilação acentuada: começou muito alta (27,5%), caiu para 11,3% (2018), mas voltou a subir (22,7% em 2019). Queda abrupta em 2020 (0,1%), mas voltou a subir fortemente em 2021 (21,6%). 2023 mostra grande melhoria (1,5%).

DESIGUAL, MAS MELHORA RECENTE

Em Barcarena a redução constante até 2019. Em 2020 o dado está ausente. Em 2023, registra apenas 0,4%, uma das menores taxas.

MELHORIA CONSISTENTE.

No município de Bujaru houve taxas altas e voláteis, com pico em 2021 (28,2%), o mais alto da tabela. Queda para 1,8% em 2023 indica recuperação significativa. Em Concórdia do Pará a queda até 2017, com subida em 2018 e estabilidade até 2022. Em 2023, nova queda para 0,3%. A seguir teve uma melhoria após oscilações nos dois municípios Igarapé Miri e Moju, em Igarapé Miri teve oscilação com ausência de dados em 2020 e 2023. Alta evasão em 2021 (17,3%). Sem dado para 2023, não é possível avaliar tendência final. Já em Moju os dados relativamente estáveis até 2020, com baixa evasão nesse ano (0,3%). Aumento em 2021 e 2022, mas ainda assim controlado. 2023 fecha com 3,4%, ainda alta comparada aos outros.

Em suma o impacto da pandemia (2020): A queda abrupta na taxa de abandono nesse ano é artificial e reflete mudanças nos registros ou a suspensão das atividades escolares, não uma real melhoria. Melhora real a partir de 2022–2023: A maioria dos municípios registra quedas significativas reais nas taxas, sinalizando avanços em políticas educacionais ou retomada mais estruturada do ensino médio. Moju e Bujaru ainda apresentam taxas preocupantes em 2023, indicando necessidade de atenção específica.

CONCLUSÃO

Portanto, a implementação do Novo Ensino Médio representa um avanço ao ampliar a carga horária, flexibilizar o currículo e valorizar o protagonismo dos estudantes. Contudo, conclui-se que sua aplicação ainda é desigual, marcada por limitações de infraestrutura, escassez de recursos e desafios na formação docente, o que reforça as desigualdades entre redes e regiões. Ademais, os dados evidenciam que a pandemia agravou problemas como evasão e reprovação, embora tenha ocorrido certa recuperação nos anos seguintes. Além disso, as mudanças trazidas pela Lei nº 14.945/2024 sinalizam um esforço de correção das falhas da reforma de 2017, com o objetivo de garantir maior equidade curricular. Assim sendo, compreende-se que o Novo Ensino Médio possui potencial transformador, mas sua efetividade depende de investimentos contínuos, de políticas públicas consistentes e de uma visão que assegure não apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas também a formação crítica e cidadã dos estudantes.

Em suma, os gráficos analisados demonstram que, desde o início da implementação em 2022, houve quedas significativas no desempenho educacional, com impactos diretos no aprendizado cognitivo dos alunos. Isso se deve, em grande parte, aos desafios enfrentados nesse processo. Primeiramente, pelo aumento da carga horária; em segundo lugar, pela ausência de formação adequada dos professores para aplicar os itinerários formativos; em terceiro, pela falta de estrutura para que os estudantes permanecessem praticamente o dia inteiro na escola; e, por fim, pelo direcionamento excessivo da proposta para o mercado de trabalho, em detrimento da formação de alunos críticos e reflexivos.

Essa nova modalidade deveria, em teoria, fortalecer o protagonismo juvenil, mas, na prática, ainda não atinge esse objetivo. Ela precisaria estar vinculada à realidade dos estudantes e às condições da comunidade escolar em que está inserida, e não ser aplicada de forma padronizada e descontextualizada. Portanto, a educação brasileira, embora tenha avançado, ainda possui muito a evoluir para alcançar qualidade, equidade e relevância social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <https://tinyurl.com/4r4p2bds>. Acesso em: 4 dez 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019**: notas estatísticas. Brasília: INEP. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/54yj6yue>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-30.

NASCIMENTO, Afonso Welliton de Sousa. **Política de Ensino Médio, formação e prática social: o caso do Município de Abaetetuba**. 2015. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

KRAWCZYK, Nora Rut. Em busca de uma nova governabilidade. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade de (org.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Observatório da Criança e do Adolescente [Homepage]. **Observatório da Criança e do Adolescente**, [on-line], [20--]. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr6cpvzw>. Acesso em: 8 março. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO, M. P.; ZANARDI, T. A. C. (2020). O novo Ensino Médio e a liberdade de escolha. Revista Educação, UFSM.

SILVA, M. R.; LIMA, M.; MOURA, D.; GARCIA, S. R. O.; KRAWCZYK, N. (2017–2023). Produções diversas sobre o Novo Ensino Médio em periódicos brasileiros (levantamento sistemático).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

QUADROS, Sérgio Feldemann de; KRAWCZYK, Nora Rut. **Educando a juventude trabalhadora pelas métricas do mercado**. *Educação em Revista*, v. 40, n. 40, 16 fev. 2024. DOI: 10.1590/0102-4698-34470

SILVA, Mônica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. **Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os**

currículos das redes estaduais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, art. e271803, 2023.
DOI: 10.1590/S1678-4634202349271803por [Revistas USPPortal de Periódicos da UFPel](#)

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Brasília, DF: MEC, [2025]. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 10 março. 2023.